## Câmara de Campina Grande passa a integrar Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

A Câmara Municipal de Campina Grande (CMCG) foi integrada ao Programa Nacional de Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que é uma iniciativa para promover a adoção de boas práticas e o aprimoramento dos controles internos a fim de se evitar a ocorrência de desvios e falhas nas organizações públicas.

O programa é coordenado pela Rede Nacional de Controle da Gestão Pública e executado localmente pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO-PB) e seus órgãos integrantes.

Visando mais transparência e controle na gestão, a presidência da Casa de Félix Araújo decidiu iniciar o processo de adesão ao PNPC em maio deste ano. Neste mês de agosto, a Câmara foi contemplada com a marca do programa e já aparece na lista de entidades no site oficial da Rede de Controle e Gestão Pública <a href="https://www.rededecontrole.gov.br/verifique-adesao-pnpc">https://www.rededecontrole.gov.br/verifique-adesao-pnpc</a>



Foto: Divulgação

Para o presidente da CMCG, vereador Marinaldo Cardoso (REP), esse é mais um importante passo dado pelo Legislativo campinense no caminho das boas práticas de gestão pública.

"Ações internas de controle são necessárias para prevenir a corrupção. Não podemos esperar somente pelos órgãos de controle externo para apontar os erros. Enxergo na transparência um mecanismo fundamental para o enfrentamento à corrupção", afirmou.

Por meio de uma plataforma de autosserviço on-line contínua, o gestor terá a oportunidade de avaliar sua instituição, descobrindo previamente os pontos mais vulneráveis e

suscetíveis a falhas ou irregularidades e partir desse diagnóstico, poderá acessar um plano de ação específico que apresentará sugestões e propostas adequadas às necessidades da sua entidade.

O procurador jurídico da Câmara Municipal, Luiz Phillipe Pinto, disse que ao participar da plataforma do PNPC, a Casa de Félix Araújo atua preventivamente para garantir que todos os atos e processos aconteçam com transparência e lisura.

"É certo que ainda há muitas deficiências no controle de gastos e no combate às fraudes e à corrupção, em todos os órgãos e poderes do estado. É preciso priorizar a política de avaliação e prevenção de riscos, pois existe forte elo entre a incidência de desvios e controles preventivos anêmicos", ressaltou Luiz Phillipe.